



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DO BREJAL, PETRÓPOLIS, RJ – Um Estudo De Caso

Denise Martins Bloise¹

Carlos Frederico Bernardo Loureiro²

RESUMO: O artigo procura analisar a forma de organização dos agricultores do Brejal, que se deu em torno da agroecologia, fazendo uma discussão política do alimento orgânico. Fizemos um levantamento da história desses agricultores. A ação de sujeitos sociais organizados tem um papel importante de fomentar mudanças nas bases materiais das formações sociais. Trabalhamos os conceitos de agricultura familiar e campesinato.

Palavras-chave: Agricultura Orgânica - Campesinato – Memória Biocultural

ABSTRACT: This article intends to analyse the way Brejal's farmers organize, what happened around the agroecology, through a political discussion about the organic food. We made a survey from their history. The action of the organized social subjects has an important role to promote changes on the social formation's material bases. We worked the familiar agriculture and peasants concepts.

Key words: Organic Agriculture – Peasants – Biocultural memory

1. Introdução.

O presente artigo visa a elucidar o processo de organização dos agricultores familiares de base camponesa que moram e desenvolvem suas atividades agrícolas na região conhecida como Brejal, localizada no bairro da Posse, um distrito de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Nossa atenção concentra-se num grupo de vinte e duas famílias que se

¹ Pedagoga, Especialista em Educação Ambiental (Universidade Cândido Mendes e Jardim Botânico do RJ), Mestre em Educação Especial (UERJ), Doutoranda do Programa EICOS (Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Membro do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ), denisebloise@yahoo.com.br .

² Biólogo, Mestre em Educação, Doutor em Serviço Social, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS) UFRJ, Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ), floureiro@openlink.com.br .

organizaram em torno da produção agroecológica e mais especificamente nas seis famílias estabelecidas na região do Vale dos Albertos.

Procuramos caracterizar esses agricultores, fazendo um levantamento dos seus traços socioecológicos, identificando como vivem e reproduzem materialmente a sua existência. Pesquisamos a história desses agricultores, investigando como e por que começaram a produzir e se organizar. Examinamos as mudanças ocorridas ao longo do tempo, traçando um fio condutor até os dias de hoje.

Abordamos o surgimento da cooperativa Coonatura explicitando sua importância para esses agricultores. Contextualizamos os sentidos da Agricultura Orgânica tanto naquela época – final da década de 70 – como hoje em dia – início do século XXI. Detectamos a criação da Biohortas reconhecendo sua relevância no processo de existência e organização desse grupo social. Discutimos como esses agricultores trabalham a produção e comercialização dos seus produtos, como se relacionam com o mercado e de que forma vivem essas famílias.

Identificamos o caráter camponês desse grupo de agricultores, debatendo a questão da memória dos saberes bioculturais. Apontamos os aspectos agroecológicos, socioeconômicos e socioculturais de fundo ambiental presentes nos processos vividos por esses agricultores, em torno de sua organização como grupo social que luta pela sobrevivência e busca melhores condições de vida com dignidade.

2. Identificando os Agricultores do Brejal.

O Brejal é uma localidade rural do distrito da Posse, 5º distrito da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Está situada a mais de 1000 metros de altitude, a 100 km do Rio de Janeiro, a 50 minutos do Centro Histórico e a 25 minutos de Itaipava, no extremo-norte da Serra dos Órgãos. O distrito da Posse possui cerca de 8.000 habitantes. Para chegar lá é preciso percorrer a Estrada União Indústria, a antiga Rio-Petrópolis.

O Brejal possui várias microrregiões onde famílias produzem organicamente. Há agricultores convencionais e propriedades maiores. Nosso estudo abrange um núcleo de produção do Brejal que reúne 22 famílias organizadas em torno da produção agroecológica., estendendo-se pelos seguintes “braços de estrada” (como o povo de lá costuma chamar) : Albertos, Cachoeirinha, Juriti, Grotão, Palmital Nossa atenção está focada nas seis famílias que moram e produzem no Vale dos Albertos.

O Vale dos Albertos, ou simplesmente Albertos, como o povo a denomina, é a região com maior volume de produção do grupo de agricultores do Brejal, organizado em torno da Biohortas. São seis famílias que moram e produzem no local: Levi, Geraldo, Toninho, Paulinho, Elza e Antônio Paulo. A fazenda que ocupam foi arrendada de um juiz, o Dr. Jorge, que faleceu sem deixar herdeiros. Mas eis que surge uma “suposta” filha adotiva, de cuja existência ninguém sabia. Começa então uma longa batalha pela posse da terra. O grupo vem sofrendo fortes pressões de todos os tipos. O conflito vem tomando proporções dramáticas. Felizmente as chances de vitória para os agricultores do Brejal são grandes. Eles vêm mostrando maturidade em função dos anos de convivência e de todos os processos vividos coletivamente.

3. A Questão da Produção Coletiva e a Relação com o Mercado.

3.1. A Coonatura e a Agricultura Orgânica.

A Associação Harmonia Ambiental Coonatura, uma cooperativa mista de produtores e consumidores de alimentos naturais e orgânicos, que nasceu em março de 1979, foi a responsável pelo início do processo de organização desse grupo de agricultores do Brejal. Foi com a Coonatura que tudo começou. Um grupo de pessoas da cidade, que buscava consumir produtos sem veneno, realizou um primeiro encontro no Parque Lage, no dia 12 de março de 1979, pequenas reuniões posteriores nas casas de membros do grupo e outros grandes encontros. Nascia o movimento “Por Uma Comida sem Veneno”, o qual deu origem à Coonatura. O nome do movimento – Por uma Comida sem Veneno – sintetizava exatamente o desejo daquele grupo de aprender a plantar sem o uso de agrotóxicos com o objetivo de ter acesso ao alimento saudável. Para aprender a plantar, contudo, esse grupo precisava de terra. Formou-se assim o “Núcleo Rural da Coonatura”, que deu grande impulso à cooperativa, e, de fato, representou o próprio nascedouro da Coonatura, pois a vontade daquele grupo de jovens idealistas era ter um alimento puro, sem o veneno dos adubos químicos.

Paulo Aguinaga, um dos fundadores da cooperativa junto com Antônio Lago (Tuíca), atua até hoje ao lado dos agricultores do Brejal. Na época, Paulo largou a Faculdade de Agronomia, na Universidade Rural do Km 47, em Itaguaí, no segundo ano, porque queria aprender a plantar. Além de não ensinarem Agricultura Orgânica, naquele momento a UFRRJ não acreditava no “Orgânico”. O núcleo rural da Coonatura começou quando Paulo saiu de um encontro de comunidades em Visconde de Mauá, em julho de 1980, decidido a procurar um lugar para plantar e, sem nada planejado, foi parar na casa do Sr. Elles Gonçalves, no

Brejal, em Petrópolis, procurando terra. O Sr. Elles olhou nos olhos de Paulo e sentiu que ele era uma boa pessoa; confiou nele, oferecendo uma terra a ser arrendada de sua cunhada. Nascia assim o Sítio Semente, primeiro pedaço de terra da Coonatura. As primeiras verduras vinham em balaios, em bagageiro de ônibus, contabilizando quatro percursos: Brejal-Posse, Posse-Petrópolis, Petrópolis-Rio, Rodoviária-Copacabana. Posteriormente uma rural foi comprada com o apoio de um associado e a quantidade de mercadorias a ser trazida para o Rio pôde ser aumentada. Em 1985 o Sítio Semente ficou pequeno e foi arrendado um novo sítio no Vale dos Albertos, onde o trabalho continua até hoje. A produção no Vale dos Albertos então aumentou bastante e foi preciso um caminhão para trazer as verduras para o Rio. O trabalho foi crescendo, sempre o núcleo rural em consonância com o núcleo urbano, um trabalho complementando o outro. A comercialização da produção se dava por meio da Coonatura, uma vez que o próprio grupo de agricultores do Brejal era parte da Coonatura, eles constituíam o Núcleo Rural da Coonatura. Levi Gonçalves, filho do Sr.Elles, está até hoje morando e produzindo no Vale dos Albertos.

A agricultura orgânica, na época em que a Coonatura surgiu (final da década de 70), tinha um significado muito diferente do que tem hoje: ainda não tinha sofrido a apropriação pelo agronegócio que vemos atualmente. Falar em agricultura orgânica naquela época era uma coisa e hoje é outra bem diferente.

Em 1962, Rachel Carson lança o livro “Primavera Silenciosa”, no qual, através de cuidadosa pesquisa, faz uma denúncia contundente sobre os pesticidas e agroquímicos, demonstrando seu apaixonado amor pela Natureza. A contaminação através da agroquímica só começou a ganhar relevância no Brasil na segunda metade da década de 80, época na qual as mortes no campo por intoxicação química começaram a ser diagnosticadas. Os óbitos rurais, na década de 70, apareciam como um lugar comum nos laudos médicos – “disfunção ou mal súbito digestivo”. Não havia sequer uma referência à causa, pois eram absolutamente ignoradas. No entanto, o Estado do Rio Grande do Sul era a região do planeta que apresentava a maior aplicação de agrotóxico. Numa ponta de rede do alimento, isto é, na produção, a situação de contaminação era essa; e na outra ponta da rede, no consumidor, a situação perdura até hoje – se o produto com carga elevada de agrotóxico é assim ingerido, suas consequências não serão diagnosticadas imediatamente, mas a longo prazo.

José Lutzenberger, gaúcho, filho de imigrantes alemães, engenheiro agrônomo e químico, trabalhou na Basf (inclusive no setor de adubos) até o final de 1970, quando finalmente rompe com todo um padrão de vida considerado confortável, em função de

contradições vividas pela sua consciência ambiental e de seu amor à Natureza. Nas palavras do próprio Lutzenberger, “Quando me vi forçado a admitir que estava me prostituindo, saí da Basf” (DREYER, 2004, p.94). Lutz (assim chamado carinhosamente pelos mais próximos) faleceu em 14.05.2002, em decorrência de complicações respiratórias, fruto de uma doença pulmonar adquirida por contaminação química em virtude do desastre ecológico ocorrido em Hermenegildo, no extremo-sul do Rio Grande do Sul. Este acidente consistiu em um vazamento de dicloroetano - um agente químico componente de agrotóxicos, precursor da dioxina do navio Taquari da empresa Dow Chemical, afundado há sete anos na área, cujo carregamento nunca foi resgatado. Lutz esteve no local pesquisando o desastre e colhendo amostras, passou mal e a partir daí começaram as fortes tosses que se complicaram ao longo do tempo junto com os problemas respiratórios. Lutz era categórico ao afirmar que não existe quantidade mínima aceitável de agrotóxico: *“Propor uma dose diária admissível para venenos como os agrotóxicos clorados e fosforados, os carbamatos, os mercuriais, as triazinas, os derivados do ácido fenoxiacético, já passa de temeridade – é cinismo”* (LUTZENBERGER, 1985, p.62).

O agronegócio assimilou o alimento orgânico como a grande vedete, um novo nicho de lucros, incluindo-o na lógica superconsumista, que cria necessidades a todo instante, trabalhando com o desperdício e produzindo excesso de lixo. Edson Hiroshi Seó(1989), brasileiro, filho de imigrantes japoneses, engenheiro agrônomo e ecologista, trabalhando na linha da agroecologia e da permacultura, é taxativo quando diz que a agricultura hoje está a serviço do lucro, que seu objetivo primordial de alimentar os homens, que vigorou por milênios, foi transformado pela busca do lucro, em função da aliança entre agricultura e indústria. E vai além ao afirmar que o mundo possui recursos suficientes para alimentar sua população e que é necessário atacar as reais causas da fome - a insegurança e a pobreza -, resultantes do empoderamento crescente dos privilégios sobre os recursos. *“Aquele que possui a terra decide o que vai ser produzido e para quem. A produção, o tratamento e a distribuição dos alimentos constituem, portanto, uma corrente de produção que está submissa aos imperativos do capital”* (HIROSHI, 1989, p.39).

A partir de 1982 as grandes corporações dos agrotóxicos começaram a comprar as companhias de produção de sementes e bancos genéticos independentes por todo o mundo. Em seguida, essas multinacionais dos agrotóxicos começam a pesquisa com transgênicos. No momento seguinte, essas corporações que controlam os agrotóxicos, as mesmas que controlam a indústria farmacêutica e passaram a controlar a biotecnologia, começam a se

fundir, e se reduzem, no final dos anos 90, a menos de dez, começando a lançar no mercado as famosas sementes geneticamente modificadas. Lutzenberger passa a usar, com muita propriedade, a palavra **conspiração**.

Muitas entre as grandes corporações multinacionais que produzem e comercializam os agrotóxicos, defendem hoje o agronegócio orgânico por puro interesse econômico, aproveitando-se estrategicamente do que podemos chamar de “modismo ecológico”. Os grandes empresários do agronegócio perceberam o imenso potencial de lucro do “verde”. Hoje temos o “boi verde”, o “couro verde”, o “queijo verde”... Enfim, o “verde” surge como um grande filão de mercado, mantendo-se, porém, as mesmas formas de produção que extraem do trabalhador a mais-valia. De acordo com dados da Revista Crítica Marxista nº 29, o ex-vice-presidente Al Gore, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz pelo seu filme-palestra sobre o aquecimento global, “Uma Verdade Inconveniente”, tem milhões de dólares investidos em uma empresa que financia projetos da Monsanto (WALLIS, 2009, p.58 e p.59). É o capitalismo verde e/ou ambientalismo corporativo.

Na época que a Coonatura surgiu, o orgânico estava naturalmente vinculado à noção de agroecologia (ou de agricultura alternativa), uma agroecologia que intrinsecamente incorpora os aspectos socioculturais, uma “*agroecossociologia*” como conceitua Costa Neto (2006/2010). Posteriormente o orgânico se desvincula do social, ligando-se conceitualmente aos parâmetros da agroecologia das ciências naturais. Nesse processo do grupo de agricultores do Brejal, o orgânico retoma seu caráter agroecossociológico, ainda que vinculado ao mercado. É uma vinculação agroecológica ao mercado, como aponta Van Der Ploeg (2008/2009), sendo essa uma forma de os agricultores se afirmarem como camponeses que são.

3.2. A Biohortas Entra em Cena.

O tempo foi passando e a Coonatura, enquanto núcleo urbano, acabou se dissolvendo após passar por um período de derrocadas gradativas. Entrou em crise, acumulou dívidas, enfrentou problemas administrativos. Tudo isso refletiu diretamente no Brejal. A estrutura do núcleo rural estava toda montada para o fornecimento da Coonatura. Era preciso mudar isso. Foi um momento de muito desânimo no campo, um momento bastante crítico, pois passaram a enfrentar as mesmas dificuldades que o núcleo da cidade, embora de forma bem mais aguda, pois a sobrevivência daquelas pessoas dependia e depende da terra. Como iam comercializar seus produtos? Agora não tinham mais aquele mercado certo para a venda. O que fazer?

Paulo Aguinaga, aquele rapaz que no final dos anos 70 largou a Faculdade de Agronomia para aprender a plantar e foi bater na porta do Sr. Elles procurando terra, era o responsável pelo trabalho direto com os agricultores do Brejal, dividindo seu tempo entre o Rio e Petrópolis, coordenando as atividades do núcleo rural e a coordenação geral da Coonatura. Era Paulo quem fazia junto com os agricultores as programações de plantio. É preciso ressaltar que o trabalho desenvolvido na Coonatura como um todo, que abrangia inclusive o núcleo rural, era um trabalho de forte cunho grupal, todas as decisões eram tomadas em conjunto, todas as questões resolvidas grupalmente. Paulo participava dos dois segmentos do grupo, fazendo a ponte campo-cidade, levando as questões de um núcleo ao outro.

Quando a Coonatura estava em processo de dissolução, Paulo fixou residência definitiva em Petrópolis, mais precisamente no Brejal, com o objetivo de dedicar-se de forma integral ao trabalho com os agricultores. O trabalho grupal desenvolvido na época da Coonatura foi de grande valia; o grupo continuou com o mesmo sistema de organização, buscando resolver suas questões. Precisavam agora de novas fontes de escoamento para seus produtos. Precisavam se organizar juridicamente para fazer a distribuição dos produtos agrícolas. Paulo então fundou a Biohortas, uma microempresa destinada a distribuir e comercializar os produtos dos agricultores. Mudaram a estratégia de comercialização dos produtos, ampliando o leque de distribuição. Como Paulo diz, essa foi uma lição aprendida a partir dessa crise : *“Não dá para colocar todos os ovos numa cesta só”*. Os contatos da época da cooperativa foram se ampliando e, graças à organização do grupo, foram conseguindo se reerguer e buscar novos clientes para seus produtos agrícolas. A chave do trabalho é a programação de plantios, feita em conjunto com os agricultores e coordenada por Paulo.

O grupo manteve a mesma estrutura da Coonatura, programação de plantios, assistência técnica aos produtores, só que agora organizados em torno da Biohortas. Novos agricultores chegaram e ficaram, outros chegaram e não gostaram do sistema e saíram, mas o grupo cresceu . Houve nessa época uma aproximação grande com uma associação do município vizinho, São José do Rio Preto, a Horta Orgânica. O grupo do Brejal colocava parte de sua produção lá, onde era feito o embalamento e os produtos seguiam para supermercados do Rio de Janeiro. Mas depois de um tempo houve problemas de comercialização com os supermercados, pois, segundo Paulo, a relação não é justa: são feitas muitas exigências, os custos ficam muito altos, há muito desgaste na operação e a rentabilidade é baixa. Somou-se a isso o fato da Horta Orgânica ter deixado de repassar um volume considerável de dinheiro da

venda de produtos aos agricultores do Brejal e Paulo arcou com os prejuízos. Decidiram então, em conjunto, parar de fornecer para essa associação. Paralelamente alguns clientes no Rio deixaram também de repassar dinheiro das vendas. Esse foi outro momento crítico vivido pelo grupo. Segundo Paulo, mais uma vez o que valeu foi tudo o que foi construído no tempo da Coonatura e mantido com a Biohortas, o espírito de grupo, a credibilidade, o diálogo, as decisões compartilhadas, que são características da organização social camponesa: “*Se tivéssemos apenas uma relação comercial, o pessoal tinha parado de fornecer*”.

Eles investiram muito na formação do grupo e na capacitação dos agricultores, como já era feito na Coonatura. Hoje a assistência técnica é bem menos intensa, pois a maioria dos produtores já está com uma bagagem muito boa de conhecimento. Há muitos membros com vinte e cinco anos e outros, como Levi Gonçalves, com trinta anos de associação. O que tem acontecido é justamente o contrário: há produtores procurando o grupo em busca de ensinamentos e saberes. Aliás, não só os produtores conquistaram essa bagagem técnica considerável, mas o próprio solo está mais equilibrado. Como sabemos, um dos objetivos da agricultura orgânica, na linha seguida pelo grupo, a agroecológica, é recuperar esse equilíbrio do ecossistema. Paulo conta que, atualmente, quando fazem análise do solo, os níveis de fósforo e nitrogênio estão muito bons, e conclui que estão conseguindo com a prática orgânica manter a fertilidade do solo e recuperar o equilíbrio do sistema, não só do solo mas dos nutrientes, dos animais, dos micro-organismos, e que é o equilíbrio de tudo isso que garante a saúde da planta. O desequilíbrio metabólico se dá exatamente na não restituição dos nutrientes ao solo.

O cooperativismo, muito importante no contexto em que a Coonatura surgiu, é da mesma forma o sustentáculo da Biohortas. O Brejal, enquanto núcleo rural da Coonatura, surgiu e cresceu nesse universo da cooperação, que impregnou e fundamenta o Brejal – Biohortas. Ambos mantêm o mesmo espírito de grupo, as mesmas práticas coletivas, a mesma estrutura de diálogo, tão caros ao campesinato. A diferença entre Coonatura (cooperativa) e Biohortas (empresa) refere-se apenas à forma jurídica. A Biohortas cumpre o papel de um braço legal para a comercialização da produção desses agricultores. Lembrando Van Der Ploeg (2008/2009) não é pelo fato de o agricultor se vincular ao mercado que ele deixa de ser camponês, mas o importante é a forma como ele se vincula ao mercado. E a vinculação ao mercado desse grupo do Brejal é uma vinculação agroecológica, que em nada se assemelha ao vínculo do agronegócio.

3.3. Projetos Desenvolvidos.

O grupo do Brejal está envolvido em três projetos que vêm contribuindo enormemente para o processo de comercialização. No ano de 2009 foi desenvolvido um projeto pela Embrapa Agrobiologia/Fazendinha Agroecológica do Km 47/UFRRJ que unia a criação de pequenos animais (cabras e galinhas) com a produção orgânica de hortaliças. Essa é uma prática considerada essencial para a agroecologia. Realizou-se um Globo Rural sobre o projeto “Saudável e Produtivo”, que foi ao ar no dia 30.08.2009. O projeto foi muito interessante em todos os sentidos, pelo sucesso e benefícios do projeto, pela troca que se estabeleceu, pelo contato entre agricultores e técnicos e pela aproximação com a Universidade, tudo isso na avaliação do próprio grupo.

Um outro projeto desenvolvido em 2009, e também agora em 2010, é o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social. O projeto se concretizou em função de uma Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis (APOP); ele estabelece um teto por produtor, o qual deve apresentar um cronograma de produção, o dinheiro é liberado à medida que as entregas vão sendo feitas. É interessante porque se trata de uma venda certa para o produtor, o que dá uma tranquilidade ao homem do campo.

O grupo também está envolvido no Programa da Merenda Escolar, transformado em lei no meio do ano passado, o qual determina que 30% da merenda escolar venha da agricultura familiar. Os agricultores do grupo estão enquadrados pelos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como agricultores familiares, todos têm o Documento de Aptidão ao PRONAF, o DAP. Esse Programa da Merenda Escolar apontou resultados gratificantes e ao mesmo tempo curiosíssimos. Muitos relatos dos membros de escolas e creches mostraram o interesse das crianças pelo consumo de hortaliças, que, em alguns casos chegou a influenciar em suas casas. Constatou-se também que é preciso fazer um trabalho conjunto com a Secretaria de Educação, pois em algumas escolas as verduras estragavam por falta de uso. O que se percebeu é que toda a comunidade escolar precisa estar envolvida e acreditando.

3.4. Comercializando a Produção.

O grupo de agricultores que atua no Brejal está bem próximo da definição de agricultores familiares de base camponesa, com alto grau de campesinidade. São famílias que moram na terra e produzem segundo critérios agroecológicos. Evidentemente, não praticam a agricultura mecanizada, não utilizam adubos químicos ou venenos. Os membros das famílias

estão praticamente todos envolvidos no trabalho agrícola. Sua geração de renda vem basicamente da atividade agrícola praticada dentro da propriedade. Essas famílias reproduzem materialmente a sua existência através do trabalho com a terra. Os vínculos que eles estabelecem com o mercado não são em absoluto mercantis, são vínculos agroecológicos. Essa vinculação ao mercado é o que, segundo Van Der Ploeg (2008/2009), faz a diferença entre o que significa hoje em dia se falar em camponês e cultura tradicional. Não é porque se vinculam ao mercado que deixam de ser camponeses. Percebemos traços de pluriatividade sim, mas uma pluriatividade agrícola, quando buscam agregar valor aos produtos da terra: por exemplo, quando fazem molho de tomate, geléia de fruta, etc.

Éric Sabourin (2007/2008/2009) fala em práticas de reciprocidade e redistribuição, que desafiam a lógica do mercado e fortalecem a identidade coletiva. A reciprocidade pode ser entendida como uma dinâmica de reprodução ou devolução de prestações (dádivas ou golpes) que gera laços sociais e governa as estruturas de parentesco. “*O princípio da reciprocidade corresponde ao redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana.*” (SABOURIN, 2009, p.22).

O grupo começou comercializando seus produtos através da Coonatura, sua razão de existir, dado que eram o Núcleo Rural da Cooperativa. Com a dissolução da cooperativa, assumem a forma legal da Biohortas, mantendo a mesma estrutura grupal, decisões compartilhadas, espírito de grupo, ajuda mútua. Como Biohortas, o grupo precisou buscar mercado para seus produtos, e os contatos estabelecidos no período da Coonatura foram de grande valia. Começaram a vender para restaurantes, pequenas lojas de produtos naturais e feiras orgânicas. Em 2003 começaram a fornecer para a Rede Ecológica, uma rede de consumidores no Rio que busca através de compras coletivas, consumir produtos orgânicos. O Programa de Aquisição de Alimentos do MDA e o Projeto da Merenda Escolar são importantes formas de venda, pois garantem uma renda certa para o grupo. A Feira da Glória, no Rio de Janeiro é um ponto de venda tradicional, que existe há dezessete anos. Recentemente a Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio) fez uma parceria com Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Sedes) e criaram o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas com feiras orgânicas funcionando em vários pontos da cidade: sábado-Bairro Peixoto e terça-feira – Ipanema, ambas já em funcionamento e para breve estão previstas feiras no Leblon, Gávea e Jardim Botânico. São todas conquistas importantes para o grupo, pois, como Paulo Aguinaga constata : “*O mercado é sempre o funil. O entrave é a comercialização*”.

Lembramos aqui as palavras do Sr. Elles Gonçalves, aquele que começou todo o processo junto com Paulo Aguinaga, homem do campo repleto de sabedoria e simplicidade: *“Preço de negociante é isso, o atravessador é que ganha, eles explora mesmo.”*

4. “Ciência Camponesa”: A Memória Dos Saberes Bioculturais.

O camponês se configura muito mais como uma forma de vida, uma categoria política, um sujeito social.. Percebemos fortes traços de campesinidade nesses agricultores pela sua própria forma de vida, mesmo que a maioria não tenha a propriedade da terra: são meeiros, arrendatários, alguns poucos proprietários e o grupo do Vale dos Albertos (Levi, Geraldo, Toninho, Paulinho, Elza e Antônio Paulo) está em via de se tornar assentado pela reforma agrária. Os camponeses têm uma identidade com pertencimento ao coletivo bastante forte. Constatamos isso nessa comunidade do Brejal. Realizam mutirões, trocam sementes e serviços. Existe uma consciência da questão social, não é só a melhoria de renda que o grupo busca. Para eles, a agricultura orgânica, dentro do viés ideológico que seguem, não é só uma questão técnica, há a questão social da cidadania, do agricultor que pode crescer como indivíduo, melhorar de renda, melhorar não só a situação econômica, mas a situação de vida, ter mais conhecimento, saber trabalhar em grupo, interagir em grupo. Paulo Aguinaga sintetiza um pensamento do grupo: *“Queremos um alimento saudável, sim, mas para todos.”*

A agricultura agroecológica restitui nutrientes ao solo. O desequilíbrio metabólico se dá exatamente na não restituição dos nutrientes ao solo. E uma situação agrônomo-ecológica de restituição de nutrientes ao solo ocorre em função de uma organização social e cultural de vida, que é própria da prática camponesa, uma prática observada no grupo do Brejal. Toledo (1991) sinaliza que o rural camponês ainda existe, resiste tendo o controle sobre o processo de produção, reforçando seu caráter ecológico. Ele fala em racionalidade ecológica da produção camponesa, onde se situam as bases teóricas mais relevantes e profundas da biocultura. Há uma aproximação do homem-natureza na atividade camponesa que não sofreu a perversão do mercado. Há um predomínio do valor de uso sobre o valor de troca.

Toledo (1991) esclarece que na economia camponesa inexistente o fator acumulação, que altera os bens em capital. O trabalhador assalariado rural continua a ser camponês mesmo sem ter a propriedade da terra. O camponês, seja proletário rural, sem-terra, assentado, seja pequeno proprietário, tem controle formal e material sobre os processos produtivos agropecuários e artesanais. Memória social ou memória biocultural é exatamente como Toledo (1991) chama essa relação sociedade-natureza da comunidade camponesa. Toledo

(2008) diz que assim como os indivíduos possuem memória dos acontecimentos do passado, as sociedades também possuem uma memória coletiva, uma memória social que ajuda a compreender o presente fornecendo elementos para pensar no futuro. Ela abarca pelo menos três áreas: genética, que se refere ao caráter biológico; linguística, que se refere à forma de linguagem das populações; e cognitiva, que se refere às sabedorias que provêm destas cognições. É preciso resgatar a memória biocultural dos povos para que eles se reconheçam nas suas identidades e se afirmem enquanto tal. A memória biocultural é a busca dos eixos de consciência, é o resgate a partir da prática. A organização e luta dos agricultores é uma forma de resistência importante para a sustentabilidade, pois busca soluções inovadoras que se traduzem na troca de saberes e em processos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

AGUINAGA, Paulo Pedrosa. *Entrevista concedida a Denise M. Bloise*, Brejal, Petrópolis, 23 de janeiro de 2010.

BLOISE, Denise Martins. *Coonatura: Uma Idéia Inovadora e Um Trabalho Transformador em Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro: UERJ, 1992.

CARNEIRO, Augusto Cunha. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2003.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho, BRUNO, Regina e MOREIRA, Roberto José (orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.299-321.

_____. Agricultura Não-Convencional, Biodiversidade e Sustentabilidade: A alternativa Agroecológica. In: FROEHLICH, José Marcos e DIESEL, Vivian (orgs.). *Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos*. Ijuí/RS: Unijuí, 2006, p.113-138.

_____. *Paradigma Agroecológico em Ciências Sociais*. CPDA/UFRRJ, 1ºsem.2010, Notas de Aula do Professor.

DREYER, Lílian. *Sinfonia inacabada: a vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre : Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; CARRANO, Sérgio. *Regulamentação na Agricultura Orgânica: Sistemas Participativos de Garantia*. Niterói: PESAGRO-RIO, Documentos, 100, 2006.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. *Agricultura Orgânica: Regulamentos Técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

GLOBO RURAL. *Saudável e produtivo*: 30.08.2009

Disponível em:

< <http://globo.ruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-336848-1,00.html> >

Acesso em 01.02.2010

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Palestra proferida no EICOS/IP/UFRJ*, Abril de 2008.

LAGO, Antônio e PÁDUA, José Augusto. *O que é Ecologia?* 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. (org.)... [et al.] *A Questão Ambiental no Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro : Quartet, 2007.

LUTZENBERGER, José A. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, UFRGS, 1978.

_____. *Ecologia: Do Jardim ao Poder*. 10 ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). *Agricultura Familiar Camponesa na construção do Futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PREFEITURA DE PETRÓPOLIS. *Caminhos do Brejal*.

Disponível em:

< http://fctp.petropolis.rj.gov.br/fctp/modules/xt_conteudo/index.php?id=205 >

Acesso em: 01.02.2010

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Vol.16, n.2, p.151-184, out.2008.

SABOURIN, Eric; OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; XAVIER, Humberto Valadares. *Lógica Familiar e Coletiva nos Assentamentos de Reforma Agrária: O Caso do Município de Unai, MG*. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Vol.15, n.1, p.23-61, abril 2007.

SÉO, Edson Hiroshi. *Unidade da Vida: Manual de Agricultura Natural*. 3 ed. São Paulo: Espade, 1989.

SOARES, João Paulo. Sistemas Integrados de Produção Animal e de Hortaliças Orgânicas na Região Serrana do RJ. *Embrapa Agrobiologia*. Disponível em: <<http://www.cnpab.embrapa.br/publicacoes/artigos/producao-animal-hortalicas.html>> Acesso em: 01.02.2010.

TOLEDO, Victor M.; BARBERA-BASSOLS, N. *La Memoria Bio-Cultural: La importância ecológica de las sabidurias tradicionales*. Barcelona: Icaria Editorial, Perspectivas Agroecológicas 3, 2008.

TOLEDO, Victor Manuel. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (orgs.). *Ecología, Campesinato e Historia*. Madrid: La Piqueta, 1991.

WALLIS, Victor. *As respostas capitalista e socialista à crise ecológica. Crítica Marxista*. Fundação Editora UNESP: São Paulo, n°29, p.61 e.62.